



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador VANDERLAN CARDOSO

EMENDA Nº - PLEN

(ao PLP nº 18, de 2022)

Dê-se ao parágrafo único do art. 18-A da Lei nº 5172, de 25 de outubro de 1966, acrescido pelo art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 18, de 2022, a seguinte redação:

“Art. 18-A.

Parágrafo único.

III - é vedada a fixação de alíquotas reduzidas de que trata o inciso II deste parágrafo, para os combustíveis, a energia elétrica e o gás natural, em percentual superior ao da alíquota vigente por ocasião da publicação deste artigo, caso a alíquota atual tenha sido estabelecida por meio de benefício e/ou incentivo fiscal concedido pelo Estado ou Distrito Federal;

IV - é vedada a redução ou extinção de benefício e/ou incentivo fiscal concedidos pelos Estados ou Distrito Federal, com o objetivo de se alcançar a alíquota máxima estabelecida por esta lei.

.....”

JUSTIFICAÇÃO

É necessário assegurar que o estabelecimento de alíquotas máximas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços sobre os bens e serviços essenciais não interfira na política de atração de empreendimentos produtivos por parte dos estados e do Distrito Federal.

O artigo 1º do PLP 18/2022 altera o Código Tributário Nacional, em seu artigo 18, parágrafo único, inciso III, para proibir o aumento das atuais alíquotas estaduais do ICMS, caso essas já estejam abaixo do teto estabelecido pelo projeto.

O relator apresentou uma emenda suprimindo essa vedação.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador VANDERLAN CARDOSO

Porém, em vários estados os atuais benefícios concedidos são de suma importância para desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda para aqueles entes federados.

O meu estado de Goiás cresceu nos últimos 15 anos, em relação a sua economia, por causa justamente desses benefícios fiscais do ICMS. Com essas reduções tributárias o estado atraiu indústrias de todas as áreas da economia, ocorreu abertura de novas empresas e com isso o estado garantiu emprego, renda e uma economia mais forte.

Caso esses benefícios sejam reduzidos para se alcançar o teto estabelecido pelo projeto, muitos setores econômicos sofrerão com esse impacto.

Por isso, senhor presidente, apresento a presente emenda com o objetivo de garantir a manutenção da atual alíquota estabelecida pelo estado e o DF, caso essa esteja abaixo do teto estabelecido pelo projeto e seja objeto de benefício fiscal concedido pelo estado.

Senador Vanderlan Cardoso
PSD/GO



SF/22659.94360-07